

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSEMBLEIA FISCALIZA – TEMA EM FOCO 2023/2024

RELATÓRIO FINAL

(Art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)

O **Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco** é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito das comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Tema escolhido: Transporte Ferroviário

Relator Thiago Cota

Belo Horizonte

Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco 2023/2024

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório Final

Tema: Transporte Ferroviário

Objetivos:

Objetivo geral:

Acompanhar e debater com os atores diretamente envolvidos e com a sociedade em geral a situação do transporte ferroviário no Estado, fomentando sua ampliação com novos investimentos.

Objetivos Específicos:

I – Realizar audiências públicas sobre diversos temas relacionados ao transporte ferroviário em MG.

II – Aprovar requerimentos com pedidos de informação e providências relacionados à pauta ferroviária.

III – Realizar visitas oficiais a autoridades e entidades envolvidas com a pauta ferroviária, com vistas à recuperação e à ampliação do modal.

IV – Articular, com os atores direta ou indiretamente relacionados à questão, ações com vistas à recuperação e à ampliação do modal.

I – Contextualização do tema

O tema “transporte ferroviário” vem sendo tratado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, principalmente durante o funcionamento de três edições da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias, que ao longo de duas legislaturas debateu amplamente o tema, trazendo para discussão nesta Casa todas as entidades mais relevantes do assunto em nível estadual e nacional.

Nesta edição do Tema em Foco, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas buscou dar continuidade à discussão desse tema, tão importante para o desenvolvimento do Estado.

II – Síntese dos trabalhos

1) Requerimentos aprovados na comissão:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas aprovou, no biênio 2023/2024, 29 requerimentos relacionados ao Tema em Foco. Desses requerimentos, 19 solicitaram a realização de audiência pública, audiência com convidados, visita técnica e debate público; 6 solicitaram providências a órgão diversos; 3 solicitaram informações a órgãos diversos e 1 solicitou o encaminhamento de notas taquigráficas. Os requerimentos aprovados na comissão estão discriminados no Anexo V deste relatório.

2) Eventos realizados pela comissão

– **29/5/2023:** Visita à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade com a finalidade de apresentar a comissão ao referido órgão, com vistas a ampliar o diálogo com a secretaria e possibilitar mais agilidade na execução e na fiscalização das políticas públicas de sua competência.

– **18/6/2024:** Debate público sobre a repactuação dos investimentos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões ferroviárias.

– **17/9/2024:** Audiência pública para debater os impactos sobre a economia do Estado de eventual interrupção do tráfego ferroviário no trecho de Corinto a Salvador (BA), operado pela empresa VLI Logística, em especial para a empresa Magnesita e para o Município de Montes Claros.

– **17/9/2024:** Audiência pública para discutir e apresentar o plano de início das obras e desocupações para expansão do Sistema de Transporte Público Metroviário de Belo Horizonte – Metrô-BH.

III – Análise de dados e informações relativos ao tema

Dos requerimentos que foram aprovados pela comissão e são passíveis de resposta pelo órgão destinatário, temos as seguintes respostas:

– **RQN nº 1.728/2023:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que, na regulamentação da reforma administrativa, recentemente aprovada por esta Casa, seja criado um setor na estrutura da Seinfra voltado especificamente para o transporte ferroviário, tendo em vista a importância crescente desse modal para o desenvolvimento do Estado.

Resposta: a Seinfra informa que será criada uma diretoria de Gestão Ferroviária, vinculada à Superintendência de Logística de Transportes e Gestão de Equipamentos Públicos da Subsecretaria de Transportes e Mobilidade, que terá como competência o desenvolvimento de estudos, planejamento e execução das ações necessárias à promoção e ao desenvolvimento do transporte ferroviário. A referida superintendência, segundo a pasta, abrigará, da mesma forma, as Diretorias de Gestão Rodoviária, Gestão Aeroviária e Aquaviária e Gestão de Equipamentos Públicos. Informa, por fim, que será criada, no âmbito da Superintendência de Operações e Fiscalização da Nova Subsecretaria de Regulação de Transportes, uma diretoria de Infraestrutura Ferroviária, cuja competência será a execução e fiscalização dos contratos de concessão e autorização de transporte ferroviário de cargas e passageiros.

– **RQN nº 7.333/2024:** Requer seja encaminhado à Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário pedido de providências para que seja criado um fundo específico para os recursos decorrentes das outorgas das renovações antecipadas de ferrovias federais.

Resposta: o Ministério dos Transportes entende que os recursos oriundos das concessões ferroviárias para alocação em um eventual fundo não dependem de concertação exclusiva desse ministério, considerando as competências atribuídas a outros órgãos do Poder Executivo, tais como o Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério da Fazenda, e ainda do Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional. Ressalta, ainda, que é do interesse do

Ministério dos Transportes a criação de instrumento de gestão de recursos do setor ferroviário que facilite a alocação em empreendimentos de interesse público.

– **RQN nº 7.369/2024:** Requer sejam encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no Rio de Janeiro (RJ), e à MRS Logística, em Juiz de Fora, pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade técnica para a implantação de sistema de transporte de passageiros sobre trilhos entre os Municípios de Juiz de Fora, Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Matias Barbosa; e o ofício da deputada federal Delegada Ione, que detalha essa solicitação.

Resposta: A MRS Logística, em atenção ao requerimento, se colocou à disposição para fornecer os subsídios e demais esclarecimentos técnicos necessários, para que a CBTU possa realizar as devidas análises de viabilidade do projeto.

– **RQN nº 7.596/2024:** Requer seja encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade – pedido de providências para que se manifeste sobre possível concentração de mercado no setor de ferrovias no Estado, advindo do controle direto ou por participação acionária relevante sobre as concessionárias desse serviço, por parte da empresa Vale.

Resposta: O Cade afirmou que o objeto do pedido de providências é uma concessão de serviço público e que, nesses casos, o conselho não teria competência punitiva, ainda que os atos regulatórios praticados pelo poder público sejam prejudiciais à concorrência.

IV – Conclusão

Após acompanhar o tema ao longo dos dois últimos anos, esta comissão entende que o desenvolvimento do modal ferroviário continua sendo imprescindível para o crescimento do Estado. Minas Gerais possui uma malha rodoviária extensa e em localização estratégica na logística do País, que está saturada e insegura, principalmente pela falta de investimentos significativos no transporte de cargas e de passageiros sobre trilhos.

É inegável que tivemos alguns avanços, principalmente com a possibilidade das autorizações ferroviárias e com o início da construção da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte,

importante marco no transporte de passageiros na região metropolitana. Ainda assim, é necessário continuar acompanhando alguns temas relevantes que tratam da pauta ferroviária.

Nesse sentido, destaca-se a antecipação das concessões ferroviárias em nível federal, especialmente a da Ferrovia Centro-Atlântica, maior rede ferroviária do Estado e aquela com maiores problemas de abandono e de devolução de linhas. Também é importante acompanhar os investimentos previstos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões federais da MRS Logística e da Estrada de Ferro Vitória a Minas, inclusive os que já estão sendo realizados ou o serão no decorrer dos próximos anos, além da repactuação dos contratos dessas duas concessões.

Outra questão fundamental é que o Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, atue cada vez mais no planejamento de projetos ferroviários, em novas autorizações e na implementação dos projetos decorrentes do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais – PEF Minas.

Por fim, esta comissão conclui que contribuiu e continuará contribuindo para que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais mantenha seu papel de protagonismo nas discussões que direcionam as políticas públicas relativas ao desenvolvimento do modal ferroviário no Estado e no Brasil.

V – Anexos

>> Tabela com os requerimentos

Requerimentos	
RQC nº 90/2023	Requer seja realizada audiência pública para discutir o Plano Estratégico Ferroviário Estadual, lançado em 2019, com base no relatório da Comissão Pró-Ferrovias da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.
RQC nº 446/2023	Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade para apresentar a comissão ao referido órgão, com vistas a ampliar o diálogo com a secretaria e possibilitar mais agilidade na execução e na fiscalização das políticas públicas de competência da comissão.
RQC nº 803/2023	Requerem seja realizada audiência pública para debater as potencialidades e as perspectivas de ampliação da malha ferroviária estadual através de

	investimentos públicos, tanto federais quanto estaduais, e da iniciativa privada, através de projetos autorizativos.
<u>RQC nº 1.105/2023</u>	Requer seja realizada audiência pública para apresentação dos projetos, custos programados e cronograma de obras da MRS Logística, que detém a gestão do sistema ferroviário do Estado.
<u>RQC nº 1.300/2023</u>	Requer seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater sobre a melhoria e expansão do trecho de ferrovia que liga a cidade de Corinto a Salvador, administrada pela VLI Multimodal S.A.
<u>RQC nº 1.767/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos previstos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões federais da MRS Logística e da Estrada de Ferro Vitória a Minas, inclusive aqueles que já estão sendo realizados ou o serão no decorrer dos próximos anos.
<u>RQC nº 1.768/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater, com o secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, a situação atual dos projetos ferroviários no Estado, incluindo os investimentos previstos pelas concessionárias de ferrovias que já tiveram seus contratos renovados ou estão em processo de renovação e a situação da implementação das ferrovias já autorizadas pela União que atingirão o território de Minas Gerais.
<u>RQC nº 1.769/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater com a empresa MTC Caravelas a reativação da chamada Ferrovia Bahia-Minas, ligando o litoral sul baiano, em Caravelas (BA), ao Vale do Jequitinhonha mineiro, em Araçuá.
<u>RQC nº 1.770/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater as ações da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e a situação dos projetos planejados, inclusive as perspectivas das novas autorizações ferroviárias, decorrentes do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais –

	PEF Minas –, e a existência de estudos complementares dessa secretaria.
<u>RQC nº 1.771/2023</u>	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que, na regulamentação da reforma administrativa, recentemente aprovada por esta Casa, seja criado um setor na estrutura da Seinfra voltado especificamente para o transporte ferroviário, tendo em vista a importância crescente desse modal para o desenvolvimento do Estado.
<u>RQC nº 1.772/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos previstos pela Petrocity Ferrovias, detalhando a situação atual dos projetos, dos licenciamentos governamentais, das localidades a serem afetadas e dos cronogramas das ferrovias previstas para o Estado e que já possuem autorização da União.
<u>RQC nº 1.774/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos previstos pela Macro Desenvolvimento Ltda., incluindo os valores previstos e a situação dos licenciamentos, da atração de investidores, das localidades a serem atendidas e dos cronogramas da ferrovia proposta pela empresa no Estado e com autorização já concedida pela União.
<u>RQC nº 1.775/2023</u>	Requerem seja realizada audiência pública para debater o processo de renovação antecipada da concessão federal da Ferrovia Centro-Atlântica, maior rede ferroviária do Estado e aquela com maiores problemas de abandono e de devolução de linhas, além dos investimentos em discussão entre a concessionária e o governo federal que seriam aportados em Minas Gerais em uma eventual renovação.
<u>RQC nº 4.019/2023</u>	Requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de informações sobre a Estrada de Ferro Vitória a Minas, especificando: qual a capacidade de transporte de minério de ferro no ramal ferroviário localizado na região de Mariana e Ouro Preto; qual a capacidade de transporte de cargas em geral (excluído o minério de ferro) no referido ramal; qual volume dessa capacidade de transporte foi utilizado no ano de 2023, com detalhamento mês a mês; qual

	o histórico de volume de transporte de minério de ferro nesse ramal, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; qual o histórico de volume de transporte de cargas em geral (excluído o minério de ferro) nesse ramal, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; qual o volume de capacidade de carregamento de minério de ferro no Porto de Tubarão, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; e qual o volume de capacidade de carregamento de minério de ferro nos terminais ferroviários localizados na região de Mariana, Ouro Preto, Itabirito e Catas Altas, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês e por terminal.
RQC nº 5.386/2023	Requer seja realizada audiência pública para debater possível destinação de parte dos recursos da concessão de ferrovias para Arcos, visando à execução de projeto de transferência do pátio de manobras da VLI Logística, responsável pela Ferrovia Centro-Atlântica, para uma área afastada do perímetro urbano.
RQC nº 5.952/2023	Requer seja realizada audiência pública para discutir alternativas rodoviárias e ferroviárias nas Rodovias BR-040 e BR-381, tendo em vista os altos índices de acidentes ocorridos nessas vias.
RQC nº 7.573/2024	Requer seja realizada visita à sede do Ministério Público de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as tratativas relativas ao problema da utilização exacerbada das rodovias, notadamente da BR-040, por veículos pesados transportando minério de ferro, bem como as possíveis soluções, como o melhor aproveitamento da malha ferroviária já existente no Quadrilátero Ferrífero e a construção de uma rodovia específica para tal movimento de cargas.
RQC nº 8.948/2024	Requer seja realizado debate público sobre a repactuação dos investimentos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões ferroviárias.
RQC nº 9.297/2024	Requer sejam encaminhados à Agência Nacional de Transportes Terrestres, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no Rio de Janeiro (RJ), e à MRS Logística, em Juiz de Fora, pedido de providências para que seja realizado

	estudo de viabilidade técnica para a implantação de sistema de transporte de passageiros sobre trilhos entre os Municípios de Juiz de Fora, Santos Dumont, Ewbank da Câmara e Matias Barbosa; e o ofício da deputada federal Delegada Ione, que detalha essa solicitação.
<u>RQC nº 9.298/2024</u>	Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de providências para que seja regulamentado e efetivado o direito de passagem nas ferrovias federais concedidas, de forma a possibilitar o uso compartilhado dessas ferrovias para o transporte de passageiros, bem como para o transporte de cargas por empresas interessadas.
<u>RQC nº 9.299/2024</u>	Requer sejam encaminhadas ao Secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, em Brasília (DF), e aos demais participantes da 1ª Reunião Especial da comissão as notas taquigráficas da referida reunião, que teve por finalidade debater a repactuação dos investimentos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões ferroviárias.
<u>RQC nº 9.300/2024</u>	Requer seja encaminhada ao presidente do Tribunal de Contas da União a informação, elaborada a seu pedido, sobre a exigibilidade e necessidade de regulamentação do art. 66, § 1º, da Lei Federal nº 14.273, de 2021 – Lei de Ferrovias.
<u>RQC nº 9.301/2024</u>	Requer seja encaminhado à Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário pedido de providências para que seja criado um fundo específico para os recursos provenientes das outorgas das renovações antecipadas de ferrovias federais.
<u>RQC nº 9.302/2024</u>	Requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o Tribunal de Contas da União, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Ministério da Fazenda, para debater a criação de fundo orçamentário específico para recebimento de recursos advindos de outorgas, multas e indenizações do setor ferroviário, com a finalidade de destiná-los para investimento no próprio modal, em Minas Gerais, nos termos da Lei Federal

	nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.
<u>RQC nº 9.701/2024</u>	Requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sobre a economia do Estado de eventual interrupção do tráfego ferroviário no trecho de Corinto a Salvador (BA), operado pela empresa VLI Logística, em especial para a empresa Magnesita e para o Município de Montes Claros.
<u>RQC nº 9.702/2024</u>	Requer seja encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade – pedido de providências para que se manifeste sobre possível concentração de mercado no setor de ferrovias no Estado, advindo do controle direto ou por participação acionária relevante sobre as concessionárias desse serviço, por parte da empresa Vale.
<u>RQC nº 9.703/2024</u>	Requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre a regulamentação do direito de passagem e tráfego mútuo que incide sobre as concessões ferroviárias vigentes no Estado, bem como sobre as iniciativas dessa agência com vistas a efetivar esse direito.
<u>RQC nº 9.704/2024</u>	Requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais de providências para que se manifeste sobre a existência de registros de receitas, por parte do Estado de Minas Gerais, advindas da aplicação do art. 66 da Lei Federal nº 14.273, de 2021, em especial quanto ao seu § 1º.
<u>RQC nº 10.473/2024</u>	Requerem seja realizada audiência pública para apresentação do plano de início das obras e desocupações para expansão do Sistema de Transporte Público Metroviário de Belo Horizonte – Metrô-BH.

>> Relatório de visita técnica realizada aprovado pela comissão

Relatórios de visitas técnicas	
RQC nº 446/2023	Finalidade: Apresentar a comissão ao referido órgão, com vistas a ampliar o diálogo com a secretaria e possibilitar mais agilidade na execução e na fiscalização das políticas públicas de sua competência. Acesse o relatório: clique aqui https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/80/468/2080468.pdf

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2024.

Thiago Cota, relator.

GCT/GDE/CNM/HAG